

# O lazer e as classes populares: controle, cultura popular e resistência

Ana Carolina Mattoso Lopes<sup>44</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como tema o lazer como resistência na vivência das classes populares. Busca-se refletir, a partir dos conceitos fornecidos pela corrente teórica Estudos do Lazer, sobre como se configuram a resistência e a agência das classes populares no lazer apesar das barreiras no acesso a ele e dos diferentes fatores de controle que se colocam sobre ele, tanto por parte do capital, com a mercantilização do lazer representada pela indústria do entretenimento, quanto por parte do Estado em sua visão funcionalista do lazer que em muitos momentos o utiliza como forma de controle principalmente da pobreza. Por meio da relação entre cultura de massa e cultura popular, o artigo aborda como na rotina das classes populares se pode perceber a contradição existente no lazer, que é a convivência entre a assimilação de instrumentos de controle e massificação e a agência que, a partir daqueles, pode fissurar essas estruturas e criar algo novo, permitindo a vivência do lazer antes negado.

**PALAVRAS-CHAVE:** lazer; resistência; cultura popular

## 1. Introdução

Este artigo trata do lazer vivenciado pelas classes populares e da resistência que essa vivência a despeito da escassez configura. O lazer, embora seja um tema para o qual historicamente se dá pouca importância, tem um papel fundamental na vida de todos os indivíduos. É uma necessidade presente na vida de todas as pessoas, de ter momentos de ócio, evasão, de diversão, de exercício da criatividade e da liberdade de forma desobrigada. E é sobre ele que se projetam fatores como o capital com sua indústria do entretenimento, a indústria cultural, o biopoder, o controle e a violência simbólica por parte do Estado e de outras instituições. Por isso, considero que é grande a importância de se entender o lazer para se entender a sociedade, pois ela não está separada dele, embora seja a tentativa em muitas instâncias.

Diante da configuração de um lazer que ao longo dos tempos foi se condicionando à possibilidade de consumo e ao poder aquisitivo, o que configurou profundas desigualdades de acesso às experiências de lazer, da tentativa de captura e

---

<sup>44</sup> Doutoranda e Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autora da dissertação de mestrado *O Direito Social ao Lazer em Perspectiva Crítica: Desigualdades e Democratização do Acesso* (2017).

molda dessa experiência a diversos interesses, seja do capital ou de controle e disciplinarização por parte do Estado, as classes populares não deixam de vivenciá-lo, criando experiências que se apropriam do controle e vão além da sua lógica a partir da escassez.

Tomo como chave de análise da vivência do lazer a experiência das classes populares porque essa vivência a partir da escassez é que será capaz de produzir novas lógicas, originando diferentes compreensões da realidade, diferentes práticas e formas de vivenciar o lazer. E falo de classes populares não no sentido puramente econômico, mas histórico, social. Um sentido ligado às experiências, às relações que se travam na prática e como elas se dão. Tem a ver com a condição financeira, o trabalho exercido, o nível educacional e também com o local onde moram e a forma com que se relacionam com ele, as experiências e interesses comuns entre as pessoas.

Então, ao citar classes populares, falo preferencialmente daqueles que moram em regiões periféricas, fruto de estilo de urbanização desigual e excludente, que assim compartilham minimamente um modo de vida determinado por diferentes formas de escassez.

O elemento raça também se faz presente e é um dos componentes da composição das chamadas classes populares e de sua vivência, visto que a maioria da população brasileira é negra – 54% segundo o IBGE – e esse contingente populacional, em sua maioria, vive na condição da pobreza. Trato disso entendendo que a questão racial gera vivências, demandas e conflitos específicos e por isso vai além da questão de classe, não estando nela contempladas todas as questões relacionadas à raça<sup>45</sup>.

O povo aqui tem sentido diverso do trazido pelo ideal republicano, no qual o povo é o sujeito do poder, o corpo de cidadãos representados e participantes do pacto social, mas sim o sentido que se deu, nesse mesmo pensamento à plebe, a multidão dominada pelas paixões, sediciosa, irracional (CHAUÍ, 1985). No discurso republicano, do qual um grande exemplo são os Artigos Federalistas, de Hamilton, Madison e Jay, o povo era algo que se precisava domesticar, pois não controlavam as suas paixões e tendiam à violência, não dominavam a racionalidade e eram portanto incapazes de

---

<sup>45</sup> Segundo Ana Luíza Flauzina: “*Dentro dos limites estabelecidos pela democracia racial, a categoria classe exerce a função de homogeneizar as distorções que as diferenças raciais exercem na definição da pobreza. A pobreza branca está associada fundamentalmente às mazelas provocadas pela forma de estruturação econômica, assumida desde a modernidade, agravando-se com o advento da globalização. (...) Já a pobreza negra não pode ser explicada exclusivamente pelas dinâmicas do capital. Para esse segmento a pobreza foi construída enquanto possibilidade e utilizada como instrumento para a redução das condições de vida ao longo de todo o percurso histórico*”. (FLAUZINA, 2005 p.102/103).

produzir algum discurso político sem representação (MADISON; HAMILTON; JAY, 1993).

Posso dizer que esse sentido permaneceu atribuído às classes populares, que são apontadas nos discursos como o populacho, o “povão”, a ralé irracional, inculta, sem “bom gosto”. O povo para quem se dirige a cultura de massa, aqueles que são pensados como receptores, não como produtores do discurso dos meios de comunicação massivos. São esses que, aqui, demonstram que contrariam essa lógica, possuindo agência, capacidade de criação e re-criação em seus momentos de lazer.

Vale ressaltar que os pobres, que chamo de classes populares, não são um todo homogêneo e essencializado. Há uma pluralidade, com variadas práticas, modos de vida e gostos. O que se aplica a um grupo pode não se aplicar a outro. Trato de classes populares reconhecendo essas diferenças, mas vendo também a necessidade de se abordar indivíduos que vivem em condições semelhantes de vida, em contraposição a uma elite econômica. Essa é a classe social da qual participa a maior parte do contingente de negros, mestiços, descendentes de índios, mulheres, grupos sociais que são historicamente inferiorizados e que em suas práticas carregam outras linguagens, outras leituras da vida, outros modos de fazer decorrentes dessa condição, que se refletem fortemente na vivência do lazer.

Este trabalho busca então mostrar como se configuram a resistência e a agência das classes populares no lazer. Como, apesar da assimilação de muitos dos elementos de controle, se criam a partir deles novas alternativas e como se resiste às imposições e violências do capitalismo e à hierarquização das práticas de lazer. Os jeitos que dá o corpo vulnerabilizado para se liberar por meio do lazer.

## **2. Indústria cultural/indústria do entretenimento, visão funcionalista e barreiras ao lazer das classes populares**

O conceito de lazer que utilizo neste trabalho é o fornecido pela corrente teórica chamada Estudos do Lazer, que buscou no passado dar conta do conceito de lazer tal qual configurado na sociedade moderna, principalmente a partir da revolução industrial, de suas propriedades e importância na sociedade. Hoje, além das constantes modificações na realidade do lazer, a corrente discute temas como os aspectos do lazer contemporâneo, a sua observância como direito social, as desigualdades no acesso e as políticas públicas que buscam concretizá-lo.

Com base no conceito clássico cunhado por Joffre Dumazedier (DUMAZEDIER, 1976), defino o lazer como o conjunto de atividades com o elemento subjetivo da busca pelo prazer, nas quais se verifica um grau maior de liberdade na escolha entre diferentes opções, com as funções de livrar da fadiga, distrair, dar satisfação, proporcionar o exercício da criatividade e auxiliar no desenvolvimento da personalidade e da interação entre as pessoas, vividas em um tempo em que há um grau menor de subordinação às obrigações do cotidiano. É, grosso modo, um conjunto de atividades desempenhadas no tempo livre, a fim de proporcionar bem-estar para as pessoas, seja pelo repouso, diversão ou desenvolvimento da personalidade.

Esse conceito é mais amplo do que a ideia de lazer que se costuma ter no senso comum, geralmente limitada a atividades de recreação ao ar livre e secundário a outros elementos que na verdade estão dentro de seu conceito. Ele compreende um espectro amplo de atividades, que atendem a diferentes interesses: esportes e atividades físicas, atividades manuais, informação desinteressada, encontros sociais, atividades turísticas e atividades artísticas, culturais. Para aquilo que nos interessa neste trabalho, é importante ressaltar que a cultura está compreendida no conceito de lazer e que o lazer é um direito social consagrado na Constituição Federal de 1988.

Existem diferentes forças que vão incidir sobre o lazer para tentar captura-lo, modifica-lo ou exercer algum tipo de controle sobre as pessoas por meio dele.

O primeiro é a sua mercantilização, sua captura pelo capital, expressa na figura da indústria cultural/indústria do entretenimento. A indústria cultural, conceito criado por Adorno e Horkheimer, é o *modus operandi* arquitetado pelo mercado da produção da cultura, que atua no plano simbólico, criando uma lógica para esses produtos, manipulando necessidades, homogeneizando hábitos e gostos, tentando tolher a capacidade crítica e criativa de seus destinatários (ADORNO; HORKHEIMER, 1986). Assim, ela dita os produtos que serão consumidos no tempo de lazer das pessoas e a forma como esse lazer será vivido, configurando a chamada cultura de massa, da qual falarei mais adiante.

A indústria do entretenimento é a forma mais abrangente que a indústria cultural assume, principalmente com a globalização, que trouxe a intensificação da mercantilização do lazer, a expansão e fortalecimento desse ramo do mercado sob valores repaginados, como: a padronização do lazer segundo os hábitos das classes mais abastadas, a homogeneização e massificação dos conteúdos, a hierarquização dos gostos, a obsolescência programada, a tendência de concentração do mercado do

entretenimento em grandes grupos empresariais, a estreita relação criada entre o lazer e o consumo de outros produtos, na chamada “compra divertida”, a busca pelo êxtase, um prazer exacerbado e rápido, dentre outros (MASCARENHAS, 2005). É o ramo do mercado que transforma em produto lazeres de todas as classificações.

Essa mercantilização do lazer coloca uma barreira à vivência dele, uma vez que condiciona o lazer à capacidade de consumo, ao poder aquisitivo. Só poderão desfrutar de todos os prazeres da indústria do entretenimento aqueles que possuem recursos para tal. O mercado cria a necessidade, cria o padrão ideal de lazer, mas só têm acesso satisfatório a ele aqueles que são mais abastados. A ideia de qualidade de vida é cada vez mais condicionada a um padrão passível de ser comprado, reforçando-se as desigualdades sociais. O lazer se torna privilégio daqueles que possuem maior poder não só econômico como social, cultural, que são os que produzem o discurso e ditam um padrão a ser seguido do que verdadeiramente é lazer, do que é mais prazeroso. Trata-se de um controle exercido pelo capital sobre a forma de viver o lazer, na tentativa de condicioná-lo às experiências e produtos que ele oferece.

A outra força que incide sobre o lazer é a sua visão funcionalista, que o transforma em um instrumento de controle social, principalmente da pobreza, por parte do Estado.

A visão funcionalista do lazer traz uma perspectiva altamente conservadora, que dá ao lazer um fim externo a ele, instrumentalizando-o para a manutenção da ordem, a obtenção da paz social, a obediência, a difusão dos valores comportamentais da sociedade capitalista. Isso se faria pela ocupação do tempo livre com atividades consideradas adequadas, equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas (MARCELLINO, 1987. p.38). Assim, em muitos momentos o lazer foi promovido e incentivado pelo Estado dentro de determinados padrões morais com uma visão de higienização social.

Além da domesticação do trabalhador, que teria o lazer como uma compensação pelas jornadas desgastantes de trabalho e assim evitaria a manifestação da violência e das insatisfações políticas, o lazer era utilizado como instrumento para a prevenção da delinquência, principalmente entre jovens e adolescentes, principalmente entre jovens e adolescentes negros e pobres. Nessa função, ele seria uma forma de tentar imprimir bons valores a esses sujeitos pela imposição de atividades consideradas adequadas, ao passo que outros lazeres – principalmente os originados na cultura e na *práxis* dos negros – eram duramente reprimidos. Havia, e pode-se dizer que ainda há, ainda que

com feições mais brandas, um desejo de controle, de vigilância do lazer que, ainda que não explícito, se mostra no oferecimento e estímulo de determinadas atividades e conteúdos com o intuito de induzir o indivíduo a utilizar seu tempo livre de determinada maneira.

### **3. A contradição do lazer: cultura popular, cultura de massa, assimilação e resistência**

O lazer é uma realidade complexa. Como expressão humana, agência criativa das pessoas em busca do prazer, é um espaço onde idealmente podem atuar a sua potência, liberdade e criatividade. Embora os diferentes tipos de controle - o projeto ideológico de dominação do lazer pelo Estado na visão funcionalista e de dominação do lazer pelo capital na sua mercantilização – atuem sobre a produção e fruição do lazer, para fazer dele um meio de realização de um padrão de cidadão que se deseja ter, nenhum desses é capaz de cooptá-lo completamente.

Aí reside a dinâmica contraditória do lazer, no fato de nele conviverem diferentes lógicas que não se anulam, mas também não eliminam as possibilidades de que ele seja algo que escape a esses controles. Lílian do Valle ressalta a importância de que essa dinâmica seja colocada em foco para que os estudos sobre o lazer tenham a consistência necessária:

É esse duplo aspecto revelado pelo lazer, atividade instrumentalizada e instrumentalizável pelo trabalho, alienação e empobrecimento e, por outro lado, necessidade radical capaz de conduzir a um dado momento a classe trabalhadora a transcender os limites socialmente impostos à sua liberdade, é essa complexa ambivalência que o torna imprescindível para a análise da sociedade atual (VALLE, 1988. p.46).

Vimos que, de um ponto de vista tanto econômico, quanto territorial, social, cultural e de poder, aos pobres se colocam inúmeros obstáculos para a vivência de um lazer em condições dignas e plenas. Entretanto, ainda diante de todos esses obstáculos, eles não deixam de desfrutar de momentos de lazer, criando alternativas a isso. É aí que se percebe que a necessidade do lazer é uma necessidade de todos os indivíduos. Luiz Octávio de Lima Camargo deu como exemplo em sua obra o fato de que nas favelas brasileiras havia mais televisores, para entretenimento, do que geladeiras, que na época

tinham o mesmo preço, para afirmar que não existe hierarquia de necessidades, sendo o lazer uma demanda tão importante quanto as outras na vida das famílias. “As aspirações de subsistência mudaram. Não é apenas o pão de cada dia que a população reclama” (CAMARGO, 1992. p.100).

A pobreza não seria uma situação em que, em nome da sobrevivência mínima, as pessoas deixariam de lado o lazer por não precisarem dele, como costuma ser a postura do poder público em sua burocracia quanto a isso, excluindo e precarizando as políticas de lazer quando falta orçamento para as demais coisas. As pessoas vão muitas vezes sacrificar seu orçamento para que possam satisfazer também essa necessidade. Elas criam suas metas, suas aspirações e grande parte delas são relacionadas ao lazer, seja uma TV nova, um equipamento de som, uma viagem com a família; ainda burlam as barreiras simbólicas e concretas para frequentar certos espaços – como os *shoppings* e as praias, lugares onde muitas vezes, pessoas pobres não são desejadas.

Há aspirações, desejos quanto ao lazer que não são satisfeitos, não pela opção por outra forma de lazer, mas pela falta de condições para isso. Mas há ainda os casos em que as pessoas usam o seu orçamento limitado – ou ainda se endividam por meio de empréstimos, parcelamentos e cartões de crédito – para investir em práticas e equipamentos domésticos de lazer, na compra de artigos ou construção de espaços em suas casas para receber os amigos, dar festas, muitas vezes reproduzindo os hábitos das classes abastadas.

Lilian do Valle, ao descrever o lazer das classes trabalhadoras no Brasil, ressaltou:

(...) por um lado, as péssimas condições de transportes e sobretudo a extrema limitação de recursos financeiros a se chocar, por outro lado, com as aspirações correntes da população estudada por “passeios”. Ora, não se esgota aí a realidade: para além deste conflito muito justamente explicitado, resta a “solução” encontrada por muitos grupos de trabalhadores das periferias, que se reúnem para alugar ônibus que os levarão a excursões pelas praias e localidades vizinhas. (...) se é importante assinalar que as aspirações de lazer são frustradas pelas condições concretas de vida, como regularmente se faz ao tratar o assunto, parece-me importante também aprimorar a observação que nos permitirá entender de que forma, hoje, os interessados tentam resolver seus problemas, e perceber o tipo de “soluções” encontradas: é aí, entre outras coisas, que se localiza o espaço não só da tomada de consciência, mas também das iniciativas espontâneas, de criatividade, e sobretudo de resistência (VALLE, 1984. p.59).

A resistência está, pois, nas soluções dadas à escassez, nas brechas pelas quais vão acabar atuando as classes populares, nos jeitos dados. No lazer que se realiza apesar da falta de dinheiro, na criação que se faz apesar da dita “falta de capital cultural”, a produção de um capital cultural que contraria o imposto pelos grupos dominantes. E no resultado dessas soluções, que será diferente dos produtos da massificação que lhes são impostos, embora incorporem alguns dos seus elementos.

Para Marilena Chauí, essa resistência pode ser tanto difusa, presente na irreverência do humor, nas pequenas práticas populares, como pode se dar em ações coletivas. A resistência apontada pela autora no lazer das classes populares reside na lógica de certas práticas que em seu conteúdo contrariam uma limitação que foi imposta, transformando-se assim em atos de resistência, ainda que sem conotação política expressa (CHAUI, 1985. p.46).

É uma resistência, para além das possibilidades de resistência específica por meio de atividades de lazer, mais suave, que se dá no cotidiano, no ritmo das atividades, preocupações e demandas do dia a dia. Sem caráter premeditado, apenas como resposta imediata às vontades e alternativa construída às barreiras que se colocam entre o indivíduo e essas vontades.

Para entender melhor a configuração do lazer das classes populares e a contradição que o permeia, é necessário refletir sobre a relação entre cultura popular e cultura de massa.

A ideia de massa por trás da cultura de massa é fruto do pensamento liberal (CHAUI, 1985. p.25-27), que, buscando afastar a noção de luta de classes e contradição social, afirmou como centro de sua democracia a existência de um todo social harmônico, onde as diferenças se tornariam meras divergências de interesses a serem postas de lado para a construção de um discurso uno, contendo aquilo que todos teriam em comum. Sendo assim, a ideia da cultura de massa era apresentar e também dar forma a um pensamento homogêneo.

A cultura de massa foi apresentada com a ideia de uma democracia cultural proporcionada pelos meios de comunicação, que chegaria a todos sem distinção, tendo como destino e produto uma massa una, à qual as pessoas se sentiriam pertencentes. Foi essa a ideia que Adorno e Horkheimer criticaram ao denunciar a ação da indústria cultural.

A cultura de massa é, assim, aquela na qual atua a lógica da indústria cultural, com o objetivo de homogeneizar e limitar o pensamento e a criatividade de seus



receptores, materializada nos meios de comunicação de massa. Segundo Marilena Chauí, embora se costume trata-las como sinônimas, não se pode pensar que a cultura de massa e a cultura popular são a mesma coisa. Um dos motivos é o fato de aquela se fazer por meios de comunicação que são subordinados ao Estado e a grandes empresas privadas (Ibid. p.28). A ideia de cultura de massa carrega uma visão que as elites dominantes têm acerca da massa e querem afirmar a ela, como ignorante e incapaz, prestando-se a realizar uma domesticação ideológica através da manipulação exercida pelos meios, afirmando uma assimetria de competência entre o emissor e o receptor.

Já a cultura popular tem como base a produção do povo, da plebe, o seu conjunto disperso de práticas, representações e formas de ver dotado de uma lógica própria (Ibid. p.25). Ao contrário do que crê a visão romântica, não é uma cultura pura, totalmente autêntica, permeada somente pelo elemento popular, mas também não é, como na visão ilustrada, um resíduo morto, apagado pelo processo de modernização. Ela se mostra alterada pela modernização, mas conserva discursos e práticas resultantes da experiência das classes populares. A cultura popular é um espaço onde se podem perceber essas contradições, como o dominado absorve a influência do dominante e ao mesmo tempo se mantém, numa realidade dinâmica.

O conceito de hegemonia de Gramsci foi utilizado tanto por Marilena Chauí quanto por Jesús Martín-Barbero para entender a dinâmica da cultura popular. A hegemonia se constitui como uma subordinação interiorizada e imperceptível, um corpo de práticas e expectativas sobre a sociedade, um processo que não permanece estático, mas se modifica e é recriado à medida que sofre oposição, sendo capaz de responder às alternativas que lhe são dadas (Ibid. p.22). Para Barbero, pode-se pensar em hegemonia como um processo no qual uma classe dominante hegemoniza práticas e concepções, colocando não só uma dominação exterior e estática, mas incorporando também alguns interesses das classes subalternas (BARBERO, 2015. p.112).

Há uma apropriação pelo poder do sentido dado a algumas práticas e interesses pelas classes populares, ao mesmo tempo em que são impostos interesses das classes dominantes, numa dominação cultural que é internalizada pelas pessoas. A hegemonia comporta o conceito de contra-hegemonia, que é a oposição, a resistência a ela, considerando esses esforços e até mesmo incluindo-os (CHAUÍ, 1985. p.22). A cultura popular é de alguma forma degradada pela dominação, mas ainda assim encontra espaços para se expressar, para emergir.

A cultura popular e a cultura de massa se relacionam constantemente, pois a cultura de massa se apropria de valores, ideias e representações presentes na cultura popular, e esta interfere na forma como a cultura de massa será lida, interpretada por aqueles que a consomem. Assim, não há uma livre da outra.

A teoria da recepção, que tem Jesús Martín-Barbero como um dos expoentes, busca resgatar a criatividade dos sujeitos e o caráter interativo da relação dos usuários com os meios de comunicação de massa. Quer estudar não apenas os efeitos dos meios, mas a relação das pessoas com eles, o espaço de crenças, costumes e signos da cultura cotidiana que existe entre o estímulo dos meios e a resposta dos receptores, que vão influir na leitura que as pessoas farão, na forma como usarão, naquilo que esperarão dos diferentes meios e também das diferentes atividades de lazer. A TV, por exemplo, pode ter um impacto diferente na vida das pessoas de acordo com a relação que estas têm com ela, que tem a ver com o capital cultural, as condições de vida, entre outros fatores. Segundo Barbero, o valor do popular está na sua representatividade cultural:

(...) em sua capacidade de materializar e de expressar o modo de viver e pensar das classes subalternas, as formas como sobrevivem e as estratégias através das quais filtram, reorganizam o que vem da cultura hegemônica, e o integram, e fundem com o que vem de sua memória histórica (BARBERO, 2015. p.113).

Segundo essa teoria, há uma reorganização pelas classes populares daquilo que é recebido por meio da cultura de massa. A indústria cultural adentra a experiência das pessoas, captura suas aspirações legítimas como a de liberdade para retirar-lhes a rebeldia e transformá-las em desejo de consumo, mas a ela também são contrapostos mecanismos de enfrentamento inconsciente do massivo (Ibid. p.116), uma forma de leitura que é capaz de não absorver completamente aquilo que é posto, de entrar em contato com o massivo, mas não se deixar ser completamente eliminado por ele.

A ação da indústria cultural não é uma dominação sem agência do dominado. Existe uma criatividade dispersa na cotidianidade, outros modos de fazer diferentes do dominante, decorrentes de uma realidade de escassez, a partir da qual não se tem outra opção a não ser criar novas formas, uma criatividade que se manifesta apesar da tentativa de eliminação dela, seja pelas excessivas horas de trabalho impostas, pela sedução dos produtos simplificados da cultura de massa, ou pela tentativa de aniquilação de sua cultura e identidade, como é o caso dos negros.

A cultura popular mostra esse conjunto de saberes e práticas marginalizados pelo pensamento hegemônico com sua ideia de desenvolvimento, que se tornam espaços de criação silenciosa e coletiva, mostram um estilo diferente de viver, de trocas sociais (Ibid. p.142). Não se pode pensar nas classes populares como receptores passivos de um discurso hegemônico sem considerar o seu sistema existente de decodificação, suas possíveis formas diferentes de representação. Não se pode deixar de pensar o popular como sujeito, como criador. A resistência e criatividade das classes populares sustenta a dinâmica contraditória, mina a alienação, ainda que não a elimine.

Além disso, na própria cultura de massa coexistem produtos heterogêneos, como afirma Barbero, alguns que afirmam a cultura dominante e outros que são respostas às demandas dos grupos dominados (Ibid. p.132), como sinalizado na ideia de hegemonia. Isso quer dizer que a cultura de massa pode possuir elementos que serão benéficos às classes populares, respondendo a necessidades legítimas suas, como a de ter o seu imaginário alimentado, que os filmes e novelas desempenham bem.

Ao mesmo tempo, não se pode ter uma visão cristalizada para o outro extremo, a ponto de pensar a capacidade de resistência dos populares como ilimitada, romantizando suas práticas. Não se deve pensar que tudo na cultura subalterna é resistência e que não há penetração do massivo, do hegemônico. Barbero afirma que “nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como a mera recusa não o é de resistência” (Ibid. p.114).

Entretanto, é importante demonstrar a criatividade e resistência presentes na cultura popular para evitar reduções do lazer das classes populares e combater visões que o diminuem e até mesmo o desconsideram como lazer de forma preconceituosa e hierarquizadora.

Há aqueles que reconhecem como cultura e lazer somente aquilo que se aproxima de uma certa visão, ligada, quase sempre, aos valores da classe dominante. Lilian Valle criticou alguns trabalhos sobre o lazer dos anos 1970, acusando-os de trazer uma concepção elitista do que era cultura, apontando para um “dever ser” do lazer que se assemelhava mais às práticas das classes dominantes (VALLE, 1984).

O lazer das classes populares era considerado por esses autores inexistente, deficiente, massivo, vazio e o que se colocava era uma missão de transformá-lo, de “elevar o nível” da cultura popular. Muitos dedicaram seu tempo a desmerecer a cultura popular, mostrando como ela não fazia parte do verdadeiro lazer, cujo conceito de baseava em padrões afastados da realidade, principalmente da dos países da América

Latina. Tal postura prejudica o entendimento sobre o lazer, pois retira de seu conceito certas práticas consideradas nocivas e alienantes, não se estudando de forma apropriada atividades que concretamente são as mais importantes para as pessoas.

Há uma prática já convencionada nos estudos do lazer e em muitos trabalhos sobre isso de considerar o padrão de qualidade aquele produzido pelos mais ricos e o deficiente, o alienante, o incapaz de trazer a diversão esperada, aquele produzido diariamente pelos pobres, superando-se em suas condições. E convencionou-se entender como justiça social o ideal de levar os mais pobres ao padrão dos mais ricos. No entanto, nesse ideal já se faz uma distinção cruel, que por muitas vezes desvaloriza e desconsidera a produção das classes populares, a sua realidade, sua forma de viver, que deve ser preservada e valorizada.

Em outros tempos, já foram criticadas as inclinações das classes populares ao divertimento, à evasão, até mesmo como algo amoral, uma expressão da sua falta de conteúdo e vontade política. Enxergar o lazer das classes populares apenas como empobrecido é uma visão muito simplista, que esconde um etnocentrismo de classe, uma hierarquia de gostos que pode se manifestar até mesmo nas iniciativas melhor intencionadas em prol do lazer.

Quando denuncio a vivência de um lazer inapropriado e deficiente por muitos brasileiros, principalmente das classes populares, não faço essa crítica com base no conteúdo da prática, mas em suas condições. O que busco avaliar ao denunciar as desigualdades no acesso ao lazer é se as pessoas têm opções variadas de atividades a serem desempenhadas, se podem escolher o conteúdo do seu lazer, tendo a possibilidade de acesso ao que tiverem vontade dentro de condições mínimas de dignidade, se há equipamentos apropriados, uma estrutura que proporcione a diversão e se as oportunidades de lazer são democráticas, disponíveis de forma igualitária a todos, além da oportunidade de protagonizar essas atividades, produzir seu discurso.

É preciso reconhecer que a condição social, o gênero, a raça, a origem geográfica, até mesmo a religião e muitos outros fatores vão interferir nos gostos e nas preferências ligadas ao lazer. O gosto musical, as atividades físicas, jogos, brincadeiras, formas de festejar e modos de se comportar nos ambientes, serão diferentes entre os grupos sociais. Promover o lazer não significa impor apenas um modo de fazer, eliminando a pluralidade e subalternizando produções que destoam desse parâmetro imposto.

Muitos, ao criticar a atuação da indústria cultural, o avanço da indústria do entretenimento, acabam por reduzir o lazer resultante desses fenômenos a um antilazer<sup>46</sup>, o não lazer, ignorando sua existência real como parte do tempo livre de muitas pessoas, o que leva até mesmo a se planejar intervenções divorciadas da realidade e dos gostos daqueles a quem elas se dirigem. Deve-se ter cuidado ao afirmar que umas atividades de lazer são melhores que outras para o desenvolvimento do indivíduo. Deve-se questionar os parâmetros, considerar todas as atividades como opções, para que se realize um estudo sério sobre o lazer.

Pode-se perceber, por trás de ações bem-intencionadas em prol do lazer, a persistência de visões higienistas que enfatizam a necessidade de se realizar trabalhos voltados para o lazer com determinados públicos a fim de livrar a sociedade dos males que se pensa serem potencialmente causados por eles. Tal atitude não valoriza o indivíduo nem a experiência de lazer, nem enxerga a legitimidade da criação de outras práticas. É o exemplo da postura que ainda hoje muitos setores da sociedade civil têm em relação às favelas, que os leva a fomentar atividades de lazer nesses lugares com o intuito de livrar da opção pelo crime os jovens que ali habitam, em sua maioria negros e pobres, tidos como potenciais marginais.

Fabíola Camilo explica que o jovem morador de favela se tornou um público priorizado em políticas e principalmente projetos e ações sociais ligados a ONGs na área do lazer, por conta de uma preocupação da população com sua situação de vulnerabilidade social e exposição à criminalidade, e aponta que :

(...) boa parte dos projetos sociais e políticas públicas promovidas pelo governo, principalmente ligadas às áreas de cultura e lazer, este último muitas vezes entendido como atividades esportivas, são criadas seguindo a orientação destes padrões predominantes. (...) O intuito destas ações na maioria das vezes é alcançar uma mudança de comportamento e disciplinarização da vida, principalmente dos jovens moradores de favelas que passaram a ser considerados 'problemas' (...). (CAMILO, 2011. p.9).

Essa ação tem como base uma visão essencializada da favela, dos seus habitantes e das suas práticas de lazer, que são tidas como bestiais, amorais e alienantes, resultando em ações com base numa visão funcionalista, de caráter moralizador,

---

<sup>46</sup> O antilazer, para Nelson Marcellino, é a negação do lazer em seus valores essenciais, a sua redução a atividades a serem consumidas alimentando a alienação, servindo ao propósito de manter as pessoas integradas à lógica da cultura de massas, da sociedade capitalista industrial urbana (MARCELLINO, 1987. p.42).

pretendendo-se salvadoras daqueles indivíduos, vistos como um perigo para a sociedade.

A cultura de massa hoje é uma cultura globalizada, grande instrumento para o sucesso e difusão dos elementos da globalização. Fernando Mascarenhas (2005) afirma que a partir dos anos 1990, com o *boom* da indústria do entretenimento, as visões funcionalistas do lazer foram perdendo a força e houve uma refuncionalização do lazer, com a perda dos valores de descanso, diversão, desenvolvimento da personalidade e liberdade ressaltados pelas teorias anteriores em razão da sua subordinação aos interesses econômicos de uma crescente indústria do lazer, como se a subordinação aos interesses econômicos não existisse desde o início.

Era como se tudo tivesse se perdido com esse crescimento, todos os valores que se poderia atribuir ao lazer foram ressignificados segundo outra perspectiva, não havendo mais espaço para a criatividade popular. Entendo que tal visão não considera adequadamente a capacidade de agência e resistência das classes populares, que restaura a possibilidade de uma vivência do lazer com seus valores.

Milton Santos (SANTOS, 2004), falando sobre o mesmo período, traz uma perspectiva diferente. Para ele, a total homogeneização em razão da expansão da indústria do entretenimento não é possível porque a globalização é criadora de escassez. Mesmo que a cultura de massa chegue a vários níveis da vida com grande facilidade, os indivíduos não são igualmente atingidos por ela em razão dos obstáculos que se colocam no acesso ao mercado, que refletem o aumento da pobreza e das desigualdades sociais. E essa escassez daqueles que se veem impossibilitados de fruir completamente o consumo é o que pode gerar a renovação, as soluções, os improvisos, que se tornam alternativas.

Santos reconhece a poderosa ação da cultura de massa com seu empenho vertical unificador, indiferente aos símbolos históricos e à realidade de cada local e as suas investidas no sentido de incorporar ao mercado as resistências produzidas pelo povo, cooptando-as e esvaziando-as de seu conteúdo original, mas acredita na possibilidade de revanche da cultura popular.

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Neste caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos

os dias. Se aqui os instrumentos da cultura de massa são reutilizados, o conteúdo não é, todavia, 'global', nem a incitação primeira é o chamado mercado global, já que sua base se encontra no território e na cultura local e herdada (Ibid. p.143).

Fala-se aqui da capacidade que as classes populares têm de se apropriar dos elementos da cultura de massa e a partir deles criar os seus discursos que, ainda que afetados por essa lógica, conservam um elemento original, regional, contraposto ao conteúdo homogeneizador global. A tecnologia, pode se tornar um meio para essa resistência na medida em que é usada pelas classes populares de outra forma.

Posso dar como exemplos os casos de moradores de favelas e bairros periféricos que criam rádios comunitárias, se unem para produzir vídeos que retratam a realidade local, projetam seus hábitos e estimulam a criação de formas de comunicação ligadas àquela realidade, utilizando equipamentos tecnológicos produzidos pelo mercado. A internet, grande veículo da globalização tem sido também uma plataforma mais livre para a criação e projeção de conteúdos produzidos pelas classes populares, que não têm a oportunidade de produzir na grande mídia e não estão necessariamente submetidos à lógica da cultura de massa.

Há grupos negros que criam a sua própria plataforma para criação e divulgação de conteúdo artístico criado, produzido e protagonizado por negros como alternativa a uma indústria cultural em que têm pouco ou nenhum protagonismo e são representados por meio de estereótipos negativos. Um exemplo disso é o AFROFLIX, uma plataforma colaborativa na internet, criada por pessoas negras, que disponibiliza conteúdos audiovisuais como filmes, séries, web séries, programas, vlogs e clipes produzidos, escritos, dirigidos ou protagonizados por pessoas negras<sup>47</sup>.

Milton Santos afirma que essa cultura popular criada paralelamente, que se baseia no território, em um cotidiano específico, tem força para fissurar o impacto da cultura de massas. Também enxerga a produção de cultura territorializada como o primeiro passo para a emancipação de seu discurso, que pode ser seguida da produção de um discurso político territorializado, uma esperança de ruptura.

Assim, por mais que a indústria do entretenimento tenha um grande impacto na mercantilização do lazer e em sua constante deformação, é possível ainda que por meio dos instrumentos que ela fornece se elaborem resistências que partam da escassez. A

---

<sup>47</sup> O Afroflix se localiza neste endereço virtual: <http://www.afroflix.com.br/> (acesso em 27/02/2018).

cultura popular persiste, o lazer se mostra como uma necessidade importante para todos os indivíduos e acontece independente das barreiras e da dominação que lhe é imposta.

#### **4. Conclusão**

Assim, concluo que o lazer possui uma dinâmica contraditória que é essencial para a sua compreensão. Ele é, ao mesmo tempo, uma atividade atravessada pelas dominações do mercado e do Estado e uma necessidade capaz de levar as pessoas, a fim de satisfazê-la, a ultrapassar as barreiras e dominações impostas, manifestando sua criatividade e resistência.

O lazer pode ser, em muitos momentos, um instrumento de resistência, de manifestação de uma cultura popular que fissiona – embora seja ao mesmo tempo fortemente afetado por ela – a influência da cultura de massa e dos valores mercadológicos.

Há uma capacidade pelas classes populares de reorganização segundo suas experiências daquilo que é recebido pela cultura de massa, fazendo com que seu divertimento não seja completamente cooptado por ela. Não se pode pensar nas classes populares como receptores passivos de um discurso hegemônico sem considerar a possibilidade de que haja formas diferentes de representação. Não se pode deixar de pensar o popular como sujeito, como criador e como possibilidade de renovação.

É importante ressaltar a criatividade e resistência presentes na cultura popular para evitar reduções do lazer das classes populares e combater visões que o diminuem, o empobrecem e até mesmo o desconsideram como parte da ideia de lazer de forma preconceituosa e hierarquizadora.

É certo que, não é porque há resistência que não se deva lutar por melhores condições de lazer para essa parcela da sociedade, proporcionando-lhes melhores condições e outras possibilidades de vivenciar o lazer. Entretanto, a realização de um lazer democrático não é, como pode-se pensar, levar os pobres ao padrão dos ricos, mas sim valorizar e considerar sua produção de acordo com sua realidade e forma de viver, fomentando as manifestações fundadas na cultura popular. Promover o lazer não significa impor apenas um modo de fazer, eliminando a pluralidade e subalternizando produções que destoam desse parâmetro imposto, mas sim possibilitar a produção de outros discursos e práticas.



Há uma capacidade de apropriação dos meios fornecidos pela indústria do entretenimento para a emergência de expressões e discursos populares, sob outra lógica, capaz de fissurar a cultura de massas, com potencial emancipatório. Essa realidade não pode deixar de ser considerada nas ações voltadas para o lazer sob pena de esvaziar o seu conteúdo.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2ª ed., 1986.

BARBERO, Jesus Martin. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 7ªed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. *O que é Lazer*. Editora Brasiliense, 3ª ed. São Paulo, 1992.

CAMILO, Fabíola Nascimento. *As práticas de lazer em uma favela carioca: da essencialização ao compartilhamento de práticas sociais sob a perspectiva da distinção social e espacial entre jovens na cidade*. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador-BA, 2011.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência*. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1985.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. Editora Perspectiva. São Paulo, 1976.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro*. Dissertação. (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília, 2006.

LOPES, Ana Carolina Mattoso. *O Direito Social ao Lazer em Perspectiva Crítica: Desigualdades e Democratização do Acesso*. Rio de Janeiro, 2017. 197p. (Dissertação de Mestrado) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MADISON, James, HAMILTON, Alexander, JAY, Jonh. *O Federalista*. Rio: Nova Fronteira, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Papirus. Campinas SP, 1987.

MASCARENHAS, Fernando. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer*. 2005. 308 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 11ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALLE, Lilian A. B. do. *O lazer como resistência. Fórum Educacional*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, 1988.

\_\_\_\_\_. *O Lazer no Mundo Operário: Sua “Representação” na Sociologia Brasileira*. Revista Síntese v.11 Nº 31 (1984) – pág. 47-70.